



Estado do Amapá
Prefeitura municipal de vitória do jari
Secretaria municipal de saúde FMS/SEMSA/PMVJ
Comissão de planejamento do fundo municipal de saúde

Av. Pedro Ladislau, 3511, Prainha
Vitória do Jari/AP – 68924-000
comissaoplanejamento.semsapmvj@gmail.com

TERMO DE REFERÊNCIA

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

Portaria de nº 320/2026 – GAB/SEMSA/PMVJ

1. INTRODUÇÃO:

- 1.1 O presente Termo de Referência é elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública.
- 1.2 De acordo com o artigo 6º, inciso XXIII, da referida lei, o Termo de Referência constitui documento técnico indispensável para a contratação de obras, serviços e compras, devendo conter elementos que assegurem a definição precisa do objeto, a viabilidade da execução e a adequada solução para o interesse público.
- 1.3 **O Termo de Referência deve contemplar, entre outros aspectos:**
- 1.3.1 A descrição detalhada do objeto da contratação;
 - 1.3.2 Os requisitos técnicos e operacionais necessários;
 - 1.3.3 O orçamento estimado, com base em preços referenciais oficiais;
 - 1.3.4 As condições de execução e de fiscalização;
 - 1.3.5 Os critérios de pagamento;
 - 1.3.6 As responsabilidades da contratada e da Administração;
- 1.4 A elaboração deste documento tem como finalidade garantir planejamento adequado, transparência, eficiência e economicidade, assegurando que a contratação atenda às necessidades da comunidade e esteja em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência prevista no artigo 37 da Constituição Federal.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

Unidade requisitante:	Coordenadora da atenção Básica em Saúde
Protocolo de nº:	3234/2026 – FMS/SEMSA/PMVJ
Objeto	Contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais de correlatos para abastecimento do caf – central de abastecimento farmacêutico para atender as demandas das unidades básicas de saúde do município de vitória do jari/ap.
Critério de julgamento:	Menor preço por item
Regime de contratação:	Sistema de registro de preço
Modalidade:	Pregão eletrônico

3. QUANTITATIVOS ESTIMADOS ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO:

DESCRIÇÃO DO OBJETO, QUANTITAVOS E TIPO DE UND.				Média de Preços	
N.	Quant.	UND	Especificações do Serviço	Vlr/unit	Vlr/global
1	300	PACOTE	ABAIXADOR DE LÍNGUA, ESPATULA EM MADEIRA LISA	R\$ 11,32	R\$ 3.396,00
2	80	UNIDADE	ÁGUA DESTILADA P/ AUTOCLAVE GALÃO 5LTS	R\$ 35,76	R\$ 2.861,07
3	150	UNIDADE	ÁGUA OXIGENADA VOL. 10	R\$ 11,67	R\$ 1.751,00
4	100	CAIXA	AGULHA 13X4.5, CAIXA C/100	R\$ 18,34	R\$ 1.834,33
5	100	CAIXA	AGULHA 25x0.7 CAIXA C/100	R\$ 19,34	R\$ 1.934,33



Estado do Amapá
Prefeitura municipal de vitória do jari
Secretaria municipal de saúde FMS/SEMSA/PMVJ
Comissão de planejamento do fundo municipal de saúde

Av. Pedro Ladislau, 3511, Prainha
Vitória do Jari/AP – 68924-000
comissaoplanejamento.semsapmvj@gmail.com

TERMO DE REFERÊNCIA

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

Portaria de nº 320/2026 – GAB/SEMSA/PMVJ

6	100	CAIXA	AGULHA 25x0.8 CAIXA C/100	R\$ 18,34	R\$ 1.834,33
7	200	CAIXA	AGULHA 30x0.7 CAIXA C/100	R\$ 18,34	R\$ 3.668,67
8	200	CAIXA	AGULHA 30x0.8 CAIXA C/100	R\$ 18,68	R\$ 3.735,33
9	200	CAIXA	AGULHA 40x1.2 CAIXA C/100	R\$ 20,01	R\$ 4.002,00
10	200	UNIDADE	ÁLCOOL EM GEL 500ML	R\$ 9,13	R\$ 1.826,00
11	700	UNIDADE	ÁLCOOL ETÍLICO 70%	R\$ 12,03	R\$ 8.423,33
12	240	UNIDADE	ALGODÃO HIDRÓFILO EM ROLO 500G	R\$ 37,11	R\$ 8.905,60
13	100	UNIDADE	APARELO DE PRESSÃO ARTERIAL MANUAL ADULTO	R\$ 118,58	R\$ 11.858,33
14	100	UNIDADE	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL MANUAL INFANTIL	R\$ 128,14	R\$ 12.814,33
15	100	UNIDADE	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL MANUAL OBESO	R\$ 168,94	R\$ 16.893,67
16	100	UNIDADE	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL DIGITAL	R\$ 201,03	R\$ 20.103,33
17	1.000	PACOTE	ATADURA CREPE 10CM, PACOTE C/12	R\$ 7,49	R\$ 7.486,67
18	1.000	PACOTE	ATADURA CREPE 15CM, PACOTE C/12	R\$ 11,49	R\$ 11.490,00
19	1.000	PACOTE	ATADURA CREPE 20CM, PACOTE C/12	R\$ 14,82	R\$ 14.823,33
20	2.000	UNIDADE	AVENTAL DESCARTÁVEL	R\$ 7,32	R\$ 14.633,33
21	200	UNIDADE	BALANÇA DIGITAL	R\$ 90,36	R\$ 18.072,67
22	60	UNIDADE	BOLSA COLETORA DE URINA 2LTS- 100UNID.	R\$ 10,14	R\$ 608,60
23	60	UNIDADE	BOLSA PARA COLOSTOMIA	R\$ 40,49	R\$ 2.429,40
24	500	UNIDADE	CAIXA PARA PERFUROCORTANTE 7 LITROS	R\$ 10,28	R\$ 5.141,67
25	500	UNIDADE	CAIXA PARA PERFUROCORTANTE 13 LITROS	R\$ 12,15	R\$ 6.073,33
26	10	CAIXA	CATETER INTRAVENOSO Nº16	R\$ 182,61	R\$ 1.826,10
27	10	CAIXA	CATETER INTRAVENOSO Nº18	R\$ 171,94	R\$ 1.719,43
28	50	CAIXA	CATETER INTRAVENOSO Nº20	R\$ 173,94	R\$ 8.697,17
29	50	CAIXA	CATETER INTRAVENOSO Nº22	R\$ 171,94	R\$ 8.597,17
30	50	CAIXA	CATETER INTRAVENOSO Nº24	R\$ 184,94	R\$ 9.247,17
31	1.200	UNID.	COMPRESSA DE GAZE 7,5X7,5	R\$ 36,84	R\$ 44.204,00
32	1.000	PACOTE	EQUIPO MACROGOTAS PCT COM 25 UNID.	R\$ 54,92	R\$ 54.916,67
33	800	PACOTE	EQUIPO MICROGOTAS PCT COM 25 UNID.	R\$ 69,83	R\$ 55.866,67
34	1.500	UNIDADE	ESPARADRAPO 10X4.5, ROLO	R\$ 19,85	R\$ 29.775,00
35	80	CAIXA	FIO DE NYLON 2.0 – 24UNID.	R\$ 67,21	R\$ 5.376,80
36	80	CAIXA	FIO DE NYLON 3.0 – 24 UNID.	R\$ 82,74	R\$ 6.619,47
37	80	CAIXA	FIO DE SEDA 2.0 – 24 UNID.	R\$ 116,49	R\$ 9.319,20



Estado do Amapá
Prefeitura municipal de vitória do jari
Secretaria municipal de saúde FMS/SEMSA/PMVJ
Comissão de planejamento do fundo municipal de saúde

Av. Pedro Ladislau, 3511, Prainha
Vitória do Jari/AP – 68924-000
comissaoplanejamento.semsapmvj@gmail.com

TERMO DE REFERÊNCIA

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

Portaria de nº 320/2026 – GAB/SEMSA/PMVJ

38	60	CAIXA	FIO DE SEDA 3.0 – 24 UNID.	R\$ 154,31	R\$ 9.258,60
39	20	CAIXA	FIO DE SUTURA CATEGUT 2-0	R\$ 219,62	R\$ 4.392,47
40	20	UNIDADE	FIO DE SUTURA CATEGUT CROMADO 2-0	R\$ 219,62	R\$ 4.392,47
41	100	UNIDADE	GARROTE FLEXÍVEL	R\$ 14,28	R\$ 1.428,00
42	300	UNIDADE	GAZE TIPO QUEIJO	R\$ 57,72	R\$ 17.315,00
43	120	UNIDADE	GEL PARA ULTRASSONOGRAFIA	R\$ 54,39	R\$ 6.526,40
44	150	UNIDADE	GLICOSIMETRO ON CALL PLUS, ANALISADOR DE GLICOSE, PORTATIL DIGITAL	R\$ 100,75	R\$ 15.112,50
45	50	CAIXA	LÂMINAS DE BISTURI N°22, CAIXA COM 100	R\$ 65,23	R\$ 3.261,33
46	70	CAIXA	LÂMINAS DE BISTURI N°23, CAIXA COM 100	R\$ 63,54	R\$ 4.447,80
47	70	CAIXA	LÂMINAS DE BISTURI N°24, CAIXA COM 100	R\$ 67,06	R\$ 4.693,97
48	80	CAIXA	LANCETAS	R\$ 7,56	R\$ 604,80
49	2.000	PACOTE	LENÇOL DESCARTÁVEL	R\$ 18,01	R\$ 36.013,33
50	360	CAIXA	LUVAS DE PROCEDIMENTO G, CAIXA COM 50 PARES	R\$ 47,67	R\$ 17.160,00
51	360	CAIXA	LUVAS DE PROCEDIMENTO M, CAIXA COM 50 PARES	R\$ 47,67	R\$ 17.160,00
52	360	CAIXA	LUVAS DE PROCEDIMENTO P, CAIXA COM 50 PARES	R\$ 47,67	R\$ 17.160,00
53	360	CAIXA	LUVAS DE PROCEDIMENTO PP, CAIXA COM 50 PARES	R\$ 47,67	R\$ 17.160,00
54	20	CAIXA	LUVA ESTÉRIL 6.5 – 100 UNID.	R\$ 260,67	R\$ 5.213,33
55	20	CAIXA	LUVA ESTÉRIL 7.0 – 100 UNID.	R\$ 260,67	R\$ 5.213,33
56	1.200	CAIXA	MÁSCARA CIRURGICA DESCATÁVEL	R\$ 15,98	R\$ 19.172,00
57	200	UNIDADE	MÁSCARA DESCATAVÉL 3M	R\$ 9,24	R\$ 1.848,67
58	500	UNIDADE	ÓCULOS PARA PROTEÇÃO	R\$ 73,33	R\$ 36.666,67
59	150	UNIDADE	PAPEL LENÇOL DESCARTÁVEL 50X50 – 10 ROLOS	R\$ 172,83	R\$ 25.925,00
60	240	UNIDADE	POVEDINE ANTISSEPTICO TÓPICO, CICATRIZANTE 1%	R\$ 112,33	R\$ 26.960,00
61	240	UNIDADE	POVEDINE DEGERMANTE	R\$ 112,33	R\$ 26.960,00
62	20	PACOTE	PROPÉ	R\$ 33,33	R\$ 666,67
63	50	UNIDADE	RESPIRADOR SEMIFACIAL 3M	R\$ 276,67	R\$ 13.833,33
64	50	CAIXA	SCALP N°19, CAIXA COM 100	R\$ 53,33	R\$ 2.666,67
65	50	CAIXA	SCALP N°21, CAIXA COM 100	R\$ 54,33	R\$ 2.716,67
66	60	CAIXA	SCALP N°23, CAIXA COM 100	R\$ 52,67	R\$ 3.160,00



Estado do Amapá
Prefeitura municipal de vitória do jari
Secretaria municipal de saúde FMS/SEMSA/PMVJ
Comissão de planejamento do fundo municipal de saúde

Av. Pedro Ladislau, 3511, Prainha
Vitória do Jari/AP – 68924-000
comissaoplanejamento.semsapmvj@gmail.com

TERMO DE REFERÊNCIA

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

Portaria de nº 320/2026 – GAB/SEMSA/PMVJ

67	60	CAIXA	SCALP N°25, CAIXA COM 100	R\$ 55,00	R\$ 3.300,00
68	60	CAIXA	SCALP N°27, CAIXA COM 100	R\$ 55,67	R\$ 3.340,00
69	1.000	CAIXA	SERINGA DESCARTAVÉL C/ 3ML, CAIXA COM 100 UNIDADES	R\$ 32,00	R\$ 32.000,00
70	1.400	CAIXA	SERINGA DESCARTAVÉL C/ 5ML, CAIXA COM 100 UNIDADES	R\$ 41,67	R\$ 58.333,33
71	1.200	CAIXA	SERINGA DESCARTAVÉL C/ 10ML, CAIXA COM 100 UNIDADES	R\$ 61,33	R\$ 73.600,00
72	1.400	CAIXA	SERINGA DESCARTAVÉL C 20ML, CAIXA COM 100 UNIDAE	R\$ 82,33	R\$ 115.266,67
73	50	CAIXA	SONDA FOLLEY N° 14	R\$ 86,67	R\$ 4.333,33
74	50	CAIXA	SONDA FOLEY N°16	R\$ 86,67	R\$ 4.333,33
75	50	CAIXA	SONDA FOLEY N°18	R\$ 86,67	R\$ 4.333,33
76	80	UNIDADE	TERMÔMETRO CLÍNICO PARA USO HOSPITALAR	R\$ 20,68	R\$ 1.654,13
77	300	CAIXA	TIRAS PARA REAGENTES PARA GLICOSIMETRO ON CALL PLUS	R\$ 51,37	R\$ 15.412,00
78	50	CAIXA	TORNEIRINHA DE 3 VIAS, CAIXA COM 50 UNIDADES	R\$ 119,67	R\$ 5.983,33
79	50	PACOTE	TOUCA DESCARTAVÉL, SANFONADA	R\$ 16,44	R\$ 822,00
VALOR TOTAL					1.092.565,97

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, QUE CONSISTE NA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES CORRESPONDENTES OU, QUANDO NÃO FOR POSSÍVEL DIVULGAR ESSES ESTUDOS, NO EXTRATO DAS PARTES QUE NÃO CONTIVEREM INFORMAÇÕES SIGILOSAS:

4.1 A presente contratação fundamenta-se nos **Estudos Técnicos Preliminares (ETP)** elaborados pela Coordenadoria da Atenção Básica em Saúde, em conformidade com o artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, que determina a obrigatoriedade de planejamento prévio para assegurar a viabilidade e a adequação da solução escolhida.

Os estudos apontaram a necessidade de aquisição de materiais de correlatos, garantindo o atendimento regular das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Vitória do Jari/AP.

4.2 A análise técnica evidenciou:

- 4.2.1 Necessidade identificada: insuficiência de estoque atual e risco de desabastecimento de insumos essenciais.
- 4.2.2 Impacto na saúde pública: comprometimento da assistência farmacêutica e da continuidade do tratamento dos pacientes.
- 4.2.3 Alternativas avaliadas: estudo de fornecedores locais e regionais, análise de preços referenciais oficiais e comparação com contratações anteriores.
- 4.2.4 Justificativa da modalidade: adoção do pregão eletrônico, em razão da natureza comum dos bens e da busca por maior competitividade e economicidade.



Estado do Amapá
Prefeitura municipal de vitória do jari
Secretaria municipal de saúde FMS/SEMSA/PMVJ
Comissão de planejamento do fundo municipal de saúde

Av. Pedro Ladislau, 3511, Prainha
Vitória do Jari/AP – 68924-000
comissaoplanejamento.semsapmvj@gmail.com

TERMO DE REFERÊNCIA

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

Portaria de nº 320/2026 – GAB/SEMSA/PMVJ

- 4.2.5 Regime de contratação: utilização do sistema de registro de preços para assegurar flexibilidade, eficiência e melhor gestão dos recursos públicos.
- 4.3 O extrato dos Estudos Técnicos Preliminares, sem informações sigilosas, demonstra que a contratação é imprescindível para garantir:
- 4.3.1 Continuidade dos serviços prestados à população;
 - 4.3.2 Eficiência administrativa na gestão dos insumos farmacêuticos;
 - 4.3.3 Aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme artigo 37 da Constituição Federal.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

- 5.1 A solução proposta compreende todas as etapas necessárias para garantir o fornecimento contínuo e adequado de **materiais de correlatos farmacêuticos** destinados ao **Centro de Abastecimento Farmacêutico (CAF)** e às **Unidades Básicas de Saúde (UBS)** do município de Vitória do Jari/AP, considerando o ciclo de vida completo do objeto.
- 5.2 **O ciclo de vida da contratação abrange:**
- 5.2.1 Planejamento da demanda: levantamento das necessidades das UBS, definição de quantitativos e especificações técnicas, com base em histórico de consumo e projeções futuras.
 - 5.2.2 Processo licitatório: realização do pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por item, assegurando ampla competitividade e transparência.
 - 5.2.3 Formalização contratual: assinatura da ata de registro de preços e dos contratos decorrentes, observando as condições estabelecidas no edital e na legislação vigente.
 - 5.2.4 Fornecimento e entrega: disponibilização dos materiais pela empresa contratada, conforme cronograma e prazos definidos, com logística adequada para atender às unidades requisitantes.
 - 5.2.5 Recebimento e conferência: inspeção e verificação da conformidade dos produtos entregues em relação às especificações técnicas e quantitativos contratados.
 - 5.2.6 Armazenamento e distribuição: organização dos insumos no CAF, garantindo condições adequadas de conservação e posterior distribuição às UBS.
 - 5.2.7 Fiscalização e acompanhamento: monitoramento contínuo da execução contratual pela Administração, assegurando cumprimento das obrigações e qualidade dos materiais fornecidos.
 - 5.2.8 Pagamento: realização conforme critérios estabelecidos, vinculados ao recebimento definitivo dos materiais e à comprovação da regularidade fiscal da contratada.
 - 5.2.9 Avaliação de desempenho: análise da eficiência da empresa fornecedora, considerando prazos, qualidade e atendimento às exigências contratuais.
 - 5.2.10 Encerramento contratual: conclusão da vigência da ata de registro de preços ou do contrato, com emissão de relatório final e registro de lições aprendidas para futuras contratações.
- 5.3 **A solução como um todo busca assegurar:**
- 5.3.1 Continuidade do abastecimento das UBS;
 - 5.3.2 Eficiência na gestão pública dos insumos;



Estado do Amapá
Prefeitura municipal de vitória do jari
Secretaria municipal de saúde FMS/SEMSA/PMVJ
Comissão de planejamento do fundo municipal de saúde

Av. Pedro Ladislau, 3511, Prainha
Vitória do Jari/AP – 68924-000
comissaoplanejamento.semsapmvj@gmail.com

TERMO DE REFERÊNCIA

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

Portaria de nº 320/2026 – GAB/SEMSA/PMVJ

- 5.3.3 Atendimento às necessidades da comunidade com transparência, economicidade e respeito aos princípios constitucionais.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

- 6.1 Para assegurar a adequada execução do objeto, a contratação deverá observar os seguintes requisitos técnicos, operacionais e administrativos:

- 6.1.1 Conformidade legal: atendimento integral às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.
- 6.1.2 Especificações técnicas: os materiais de correlatos farmacêuticos deverão estar em conformidade com padrões de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e demais órgãos reguladores.
- 6.1.3 Prazo de entrega: cumprimento dos prazos definidos no edital e na ata de registro de preços, garantindo abastecimento contínuo das unidades requisitantes.
- 6.1.4 Local de entrega: os materiais deverão ser entregues no Centro de Abastecimento Farmacêutico (CAF), em condições adequadas de transporte e conservação.
- 6.1.5 Garantia de qualidade: fornecimento de produtos novos, originais, com prazo de validade compatível e devidamente acondicionado.
- 6.1.6 Responsabilidade da contratada: assegurar a substituição imediata de itens que apresentem defeitos, irregularidades ou não estejam em conformidade com as especificações.
- 6.1.7 Fiscalização administrativa: acompanhamento da execução contratual por servidores designados, com registro em relatórios periódicos.
- 6.1.8 Critérios de pagamento: vinculação ao recebimento definitivo dos materiais, mediante apresentação de nota fiscal e comprovação da regularidade fiscal da empresa.
- 6.1.9 Sustentabilidade: observância de práticas que reduzam impactos ambientais, conforme previsto no artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, sempre que aplicável.
- 6.1.10 Segurança sanitária: cumprimento das normas de higiene e acondicionamento, garantindo a integridade dos produtos até a entrega final.

7. PRAZO DO CONTRATO E A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO:

- 7.1 O prazo de vigência da **Ata de Registro de Preços** será de até **12 (doze) meses**, conforme previsto no artigo 84, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, contado a partir da data de sua assinatura.
- 7.2 Os contratos decorrentes da ata terão prazo definido em conformidade com as necessidades da Administração, respeitando os limites legais e as condições estabelecidas no edital e na legislação vigente.
- 7.3 A prorrogação da vigência contratual será admitida nos seguintes casos:
- 7.3.1 **Prorrogação por necessidade administrativa:** quando comprovada a necessidade de continuidade do fornecimento para atender às demandas das Unidades Básicas de Saúde.
 - 7.3.2 **Prorrogação por interesse público:** desde que devidamente justificada e autorizada pela autoridade competente.
 - 7.3.3 **Prorrogação excepcional:** nos casos previstos em lei, como situações emergenciais ou de calamidade pública, observando o artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.4 A prorrogação deverá ser formalizada mediante **termo aditivo**, devidamente publicado, garantindo transparência e publicidade dos atos administrativos.

Em qualquer hipótese, a prorrogação não poderá ultrapassar os limites estabelecidos pela legislação vigente, assegurando a observância dos princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

8. REAJUSTE DE PREÇO:



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ 12.456.167/0001-40



Estado do Amapá
Prefeitura municipal de vitória do jari
Secretaria municipal de saúde FMS/SEMSA/PMVJ
Comissão de planejamento do fundo municipal de saúde

Av. Pedro Ladislau, 3511, Prainha
Vitória do Jari/AP – 68924-000
comissaoplanejamento.semsapmvj@gmail.com

TERMO DE REFERÊNCIA

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

Portaria de nº 320/2026 – GAB/SEMSA/PMVJ

- 8.1 O contrato decorrente da presente licitação observará a possibilidade de **reajuste de preços**, conforme previsto no artigo 134 da Lei nº 14.133/2021, que assegura a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 8.2 O reajuste será aplicado de acordo com os seguintes parâmetros:
- 8.2.1 Periodicidade: anual, contado a partir da data da proposta ou do orçamento estimado constante do edital, conforme definido no instrumento convocatório.
 - 8.2.2 Índice de correção: utilização de índice oficial setorial ou geral, previamente indicado no edital e no contrato, como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro que melhor reflita a variação dos custos dos insumos contratados.
 - 8.2.3 Critério de aplicação: o reajuste incidirá sobre os valores unitários registrados na ata de registro de preços ou nos contratos dela decorrentes, respeitando os limites legais e as condições pactuadas.
 - 8.2.4 Formalização: o reajuste será formalizado mediante termo aditivo ou apostilamento, devidamente publicado para garantir transparência e publicidade.
- 8.3 O reajuste não poderá ser aplicado retroativamente e somente será devido após o transcurso do prazo estabelecido, observando-se sempre o princípio da economicidade e a proteção ao erário.
- 8.4 Em situações excepcionais, poderá ser admitida a revisão contratual para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do artigo 124 da Lei nº 14.133/2021, quando ocorrerem fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que impactem diretamente os custos da execução contratual.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATA E CONTRATANTE:

9.1 Obrigações da Contratada:

- 9.1.1 A empresa vencedora do certame deverá cumprir integralmente as seguintes responsabilidades:
- a) Entrega dos materiais: fornecer os produtos conforme especificações técnicas, prazos e locais definidos no edital e contrato.
 - b) Qualidade dos insumos: garantir que todos os materiais sejam novos, originais, com prazo de validade adequado e em conformidade com normas da ANVISA e demais órgãos reguladores.
 - c) Substituição de itens: substituir imediatamente produtos que apresentem defeitos, irregularidades ou não atendam às especificações.
 - d) Regularidade fiscal: manter atualizada a documentação fiscal, trabalhista e previdenciária exigida pela legislação vigente.
 - e) Responsabilidade logística: assegurar transporte e acondicionamento adequados até o local de entrega.
 - f) Cumprimento contratual: observar fielmente todas as cláusulas do contrato e responder por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução.

9.2 Obrigações da Contratante:

- 9.2.1 A Administração Pública, por meio da Coordenadoria da Atenção Básica em Saúde e do CAF, terá as seguintes responsabilidades:
- a) Fiscalização da execução: acompanhar e monitorar o cumprimento das obrigações da contratada, designando servidores responsáveis para o controle e registro das entregas.



Estado do Amapá
Prefeitura municipal de vitória do jari
Secretaria municipal de saúde FMS/SEMSA/PMVJ
Comissão de planejamento do fundo municipal de saúde

Av. Pedro Ladislau, 3511, Prainha
Vitória do Jari/AP – 68924-000
comissaoplanejamento.semsapmvj@gmail.com

TERMO DE REFERÊNCIA

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

Portaria de nº 320/2026 – GAB/SEMSA/PMVJ

- b) Recebimento dos materiais: realizar conferência e inspeção dos produtos entregues, emitindo termo de recebimento provisório e definitivo.
- c) Pagamento: efetuar os pagamentos devidos conforme critérios estabelecidos no contrato, vinculados ao recebimento definitivo e à regularidade fiscal da contratada.
- d) Fornecimento de informações: disponibilizar dados necessários para execução adequada da entrega, como cronogramas e quantitativos atualizados.
- e) Garantia de transparência: assegurar publicidade dos atos administrativos relacionados à contratação, em conformidade com os princípios da legalidade e publicidade.

10. DA EXECUÇÃO DO OBJETO, QUE CONSISTE NA DEFINIÇÃO DE COMO O CONTRATO DEVERÁ PRODUZIR OS RESULTADOS PRETENDIDOS DESDE O SEU INÍCIO ATÉ O SEU ENCERRAMENTO:

10.1A execução do contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o início até o seu encerramento, garantindo o abastecimento contínuo e eficiente dos materiais de correlatos farmacêuticos para o Centro de Abastecimento Farmacêutico (CAF) e para as Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de Vitória do Jari/AP.

10.2O processo de execução será desenvolvido em etapas sequenciais e integrado:

- 10.2.1 Início da execução: assinatura da ata de registro de preços e dos contratos dela decorrentes, com publicação oficial e designação da equipe de fiscalização.
- 10.2.2 Planejamento operacional: definição de cronogramas de entrega, quantitativos e logística de distribuição, alinhados às necessidades das UBS.
- 10.2.3 Entrega dos materiais: fornecimento pela contratada, em conformidade com especificações técnicas, prazos e locais definidos.
- 10.2.4 Recebimento provisório: conferência inicial dos produtos entregues, verificando quantidade, qualidade e conformidade com o contrato.
- 10.2.5 Armazenamento e distribuição: organização dos insumos no CAF, garantindo condições adequadas de conservação e posterior distribuição às UBS.
- 10.2.6 Fiscalização contínua: acompanhamento da execução contratual por servidores designados, com relatórios periódicos e registro de ocorrências.
- 10.2.7 Recebimento definitivo: emissão de termo de recebimento definitivo após conferência final e aprovação da fiscalização.
- 10.2.8 Pagamento: realizado conforme critérios estabelecidos, vinculado ao recebimento definitivo e à regularidade fiscal da contratada.
- 10.2.9 Avaliação de desempenho: análise da eficiência da contratada quanto a prazos, qualidade e atendimento às exigências contratuais.
- 10.2.10 Encerramento contratual: conclusão da vigência da ata ou contrato, com emissão de relatório final e registro de lições aprendidas para futuras contratações.

10.3A execução do objeto deverá assegurar:

- 10.3.1 Eficiência administrativa na gestão dos insumos;
- 10.3.2 Continuidade dos serviços prestados à população;
- 10.3.3 Transparência e economicidade em todas as fases do contrato;
- 10.3.4 Atendimento ao interesse público, em conformidade com os princípios constitucionais e legais.



Estado do Amapá
Prefeitura municipal de vitória do jari
Secretaria municipal de saúde FMS/SEMSA/PMVJ
Comissão de planejamento do fundo municipal de saúde

Av. Pedro Ladislau, 3511, Prainha
Vitória do Jari/AP – 68924-000
comissaoplanejamento.semsapmvj@gmail.com

TERMO DE REFERÊNCIA

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

Portaria de nº 320/2026 – GAB/SEMSA/PMVJ

11. GESTÃO DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇO, QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA:

11.1A gestão da execução do objeto será realizada de forma sistemática e transparente, garantindo que os resultados pretendidos sejam alcançados em conformidade com as cláusulas contratuais e com os princípios da Administração Pública.

11.2A gestão compreenderá as seguintes atividades:

- 11.2.1 Designação de gestor e fiscais: nomeação formal de servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, conforme artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.2.2 Acompanhamento da execução: monitoramento contínuo das entregas, prazos e condições de fornecimento, com registros em relatórios periódicos.
- 11.2.3 Controle de qualidade: verificação da conformidade dos materiais entregues com as especificações técnicas e requisitos sanitários.
- 11.2.4 Registro de ocorrências: anotação de eventuais falhas, atrasos ou descumprimentos, com comunicação imediata à contratada para correção.
- 11.2.5 Gestão documental: manutenção organizada de todos os documentos relacionados ao contrato, incluindo notas fiscais, termos de recebimento e relatórios de fiscalização.
- 11.2.6 Comunicação com a contratada: estabelecimento de canais formais para esclarecimentos, notificações e solicitações de ajustes.
- 11.2.7 Relatórios de desempenho: elaboração de relatórios avaliando a eficiência da contratada quanto a prazos, qualidade e atendimento às exigências.
- 11.2.8 Publicação de atos: divulgação oficial dos termos aditivos, reajustes e demais atos administrativos relacionados ao contrato, assegurando transparência.

11.3A gestão da ata de registro de preços observará:

- 11.3.1 Controle das adesões por órgãos não participantes, conforme limites legais;
- 11.3.2 Monitoramento do saldo da ata, garantindo que as contratações não ultrapassem os quantitativos registrados;
- 11.3.3 Encerramento da vigência com relatório final de execução e avaliação da economicidade.

12. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO:

12.1 O recebimento dos materiais de correlatos farmacêuticos será condicionado à verificação do atendimento integral às especificações técnicas e operacionais estabelecidas no Termo de Referência e no edital.

12.2 Os critérios de aceitação compreenderão:

- 12.2.1 **Conformidade técnica:** os produtos deverão atender às especificações descritas, incluindo dimensões, composição, validade e demais requisitos normativos.
- 12.2.2 **Qualidade dos insumos:** somente serão aceitos materiais novos, originais, com prazo de validade compatível e devidamente acondicionados.
- 12.2.3 **Documentação exigida:** apresentação de nota fiscal, certificados de conformidade e demais documentos previstos em edital.
- 12.2.4 **Entrega dentro do prazo:** cumprimento dos prazos estabelecidos para fornecimento, conforme cronograma definido pela Administração.



Estado do Amapá
Prefeitura municipal de vitória do jari
Secretaria municipal de saúde FMS/SEMSA/PMVJ
Comissão de planejamento do fundo municipal de saúde

Av. Pedro Ladislau, 3511, Prainha
Vitória do Jari/AP – 68924-000
comissaoplanejamento.semsapmvj@gmail.com

TERMO DE REFERÊNCIA

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

Portaria de nº 320/2026 – GAB/SEMSA/PMVJ

- 12.2.5 **Condições de transporte e armazenamento:** os materiais deverão ser entregues em condições adequadas de conservação e segurança sanitária.
- 12.2.6 **Recebimento provisório:** conferência inicial dos produtos entregues, com registro de conformidade ou apontamento de irregularidades.
- 12.2.7 **Recebimento definitivo:** emissão de termo de recebimento definitivo após inspeção final e aprovação pela equipe de fiscalização.
- 12.2.8 Substituição de itens: rejeição imediata de materiais que não atendam às especificações, devendo a contratada providenciar substituição sem ônus adicional para a Administração.

13 CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

13.1 O pagamento à contratada será realizado pela Administração Pública em conformidade com as condições estabelecidas no edital e no contrato, observando os princípios da legalidade, economicidade e transparência.

13.2 Os critérios de pagamento compreenderão:

- 13.2.1 Condição de recebimento: vinculação ao recebimento definitivo dos materiais, após conferência e aprovação pela equipe de fiscalização.
- 13.2.2 Documentação fiscal: apresentação da nota fiscal eletrônica acompanhada da comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada.
- 13.2.3 Prazo de pagamento: até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento definitivo da nota fiscal, conforme artigo 145 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.2.4 Forma de pagamento: transferência bancária para conta indicada pela contratada, em instituição financeira autorizada a operar no Brasil.
- 13.2.5 Parcelamento: os pagamentos poderão ser realizados de forma parcelada, conforme cronograma de entregas e recebimentos previstos no contrato.
- 13.2.6 Retenção de tributos: observância da legislação tributária vigente, com retenção dos impostos devidos quando aplicável.
- 13.2.7 Glosa de valores: possibilidade de desconto ou não pagamento de valores correspondentes a materiais entregues em desacordo com as especificações ou prazos estabelecidos.

13.3 O pagamento somente será autorizado após a comprovação de que os materiais entregues atendem integralmente aos **critérios de aceitação** definidos neste Termo de Referência.

14 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

14.1 A seleção do fornecedor será realizada por meio da modalidade pregão eletrônica, em conformidade com o artigo 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens comuns, assegurando maior competitividade, transparência e economicidade.

14.2 O julgamento das propostas seguirá o critério de menor preço por item, conforme definido no Termo de Referência, garantindo que cada material seja contratado pelo valor mais vantajoso para a Administração.

14.3 Os fornecedores deverão atender aos seguintes requisitos para habilitação e seleção:

- a) Regularidade jurídica: comprovação de constituição legal da empresa e capacidade para contratar com a Administração Pública.
- b) Regularidade fiscal e trabalhista: apresentação de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, conforme exigido pela legislação vigente.
- c) Qualificação técnica: comprovação da capacidade técnica para fornecimento dos materiais, mediante apresentação de atestados ou declarações de desempenho anterior.



TERMO DE REFERÊNCIA

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

Portaria de nº 320/2026 – GAB/SEMSA/PMVJ

- d) Qualificação econômico-financeira: demonstração da saúde financeira da empresa, conforme exigências do edital.
- e) Conformidade com especificações: garantia de que os materiais ofertados atendem integralmente às especificações técnicas descritas no Termo de Referência.

14.4A seleção será conduzida em ambiente eletrônico, assegurando:

- 14.4.1 Igualdade de condições entre os licitantes;
- 14.4.2 Transparência do processo, com registro digital de todas as etapas;
- 14.4.3 Competitividade, estimulando a participação de maior número de fornecedores;
- 14.4.4 Economicidade, assegurando a contratação mais vantajosa para o interesse público.

15 SANÇÕES E PENALIDADES:

15.1 O descumprimento das obrigações assumidas pela contratada sujeitará a empresa às sanções previstas nos artigos 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civis e criminais cabíveis.

15.2 As penalidades aplicáveis incluem:

- 15.2.1 Advertência: aplicada em casos de infrações leves ou descumprimentos de menor relevância, com registro formal e comunicação à contratada.
- 15.2.2 Multa: incidência sobre o valor do contrato ou da parcela inadimplida, conforme percentual definido no edital e contrato.
- 15.2.3 Suspensão temporária: impedimento de participar de licitações e contratar com a Administração por prazo determinado.
- 15.2.4 Declaração de inidoneidade: exclusão da empresa do rol de fornecedores aptos a contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da penalidade.
- 15.2.5 Rescisão contratual: encerramento do contrato por inexecução total ou parcial, com aplicação das penalidades cabíveis.

15.3 A aplicação das sanções observará:

- 15.3.1 Devido processo legal: garantia de ampla defesa e contraditório à contratada.
- 15.3.2 Graduação da penalidade: proporcionalidade entre a infração cometida e a sanção aplicada.
- 15.3.3 Registro administrativo: anotação das penalidades nos cadastros de fornecedores da Administração Pública.

16 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1 Dotação orçamentária específica: vinculada ao programa de abastecimento farmacêutico da Secretaria Municipal de Saúde.

16.2 Classificação da despesa: conforme natureza da despesa e categoria econômica definida pela legislação vigente.

16.3 Controle de empenho: emissão prévia de empenho para cada fornecimento, assegurando disponibilidade financeira.

16.4 Execução dentro do exercício: observância dos limites e prazos estabelecidos para execução da despesa no exercício financeiro correspondente.

16.5 A adequação orçamentária sugerida:



Estado do Amapá
Prefeitura municipal de vitória do jari
Secretaria municipal de saúde FMS/SEMSA/PMVJ
Comissão de planejamento do fundo municipal de saúde

Av. Pedro Ladislau, 3511, Prainha
Vitória do Jari/AP – 68924-000
comissaoplanejamento.semsapmvj@gmail.com

TERMO DE REFERÊNCIA

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

Portaria de nº 320/2026 – GAB/SEMSA/PMVJ

Órgão:	13	Fundo Municipal de Saúde
Ação:	10.301.0067. 2-045	Manutenção, coordenação e Apoio a atenção básica em saúde.
Natureza:	3.3.90.30.00.00	Outros serviços de terceiros
Fonte:	600	Pessoa Jurídica
Órgão:	13	Fundo Municipal de Saúde
Ação:	10.301.0067. 2-045	Manutenção, coordenação e Apoio a atenção básica em saúde.
Natureza:	3.3.90.30.00.00	Outros serviços de terceiros
Fonte:	500	Pessoa Jurídica
Órgão:	13	Fundo Municipal de Saúde
Ação:	10.301.0210. 2-051	Gestão do programa de suporte profilático e terapêutico
Natureza:	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo
Fonte:	600	Pessoa Jurídica

17 DECISÃO FINAL:

17.1 Após a análise dos Estudos Técnicos Preliminares, da definição precisa do objeto, da adequação orçamentária e da observância dos princípios constitucionais e legais, conclui-se pela viabilidade e necessidade da contratação.

17.2 A decisão final da Administração é pela realização do pregão eletrônico, na modalidade de registro de preços, com critério de julgamento de menor preço por item, para a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de correlatos farmacêuticos destinados ao abastecimento do CAF e às Unidades Básicas de Saúde do município de Vitória do Jari/AP.

17.3 A presente decisão fundamenta-se:

- 17.3.1 Na necessidade pública de garantir o abastecimento contínuo de insumos farmacêuticos;
- 17.3.2 Na legalidade, conforme a Lei nº 14.133/2021;
- 17.3.3 Na economicidade, assegurada pelo critério de menor preço;
- 17.3.4 Na eficiência administrativa, garantida pelo sistema de registro de preços;
- 17.3.5 No interesse público, que orienta toda a atuação da Administração.

17.4 Determina-se, portanto, a continuidade do processo licitatório, com a publicação do edital e demais atos necessários, assegurando transparência, competitividade e atendimento às demandas da saúde pública municipal.

18 ASSINATURAS DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA:

Vitória do Jari/ AP, 09 de Junho de 2026



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ 12.456.167/0001-40



Estado do Amapá
Prefeitura municipal de vitória do jari
Secretaria municipal de saúde FMS/SEMSA/PMVJ
Comissão de planejamento do fundo municipal de saúde

Av. Pedro Ladislau, 3511, Prainha
Vitória do Jari/AP – 68924-000
comissaoplanejamento.semsapmvj@gmail.com

TERMO DE REFERÊNCIA

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

Portaria de nº 320/2026 – GAB/SEMSA/PMVJ

Hanna Bárbara P. Da Gama

Presidente da Comissão de Planejamento
Portaria de nº 320/2026 – GAB/SEMSA/PMVJ

Hemerson Brito de Souza

Secretário da Comissão de Planejamento
Portaria de nº 320/2026 – GAB/SEMSA/PMVJ

Daniely Chaves de Almeida

Membro da Comissão de Planejamento
Portaria de nº 320/2026 – GAB/SEMSA/PMVJ

19 CLÁUSULA DE APROVAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE:

19.1 O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, atendendo aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

19.2 A autoridade competente, após análise e conferência de todos os elementos constantes neste documento, **aprova integralmente** o Termo de Referência, autorizando a continuidade do processo licitatório e a adoção das medidas administrativas necessárias para a contratação.

19.3 Esta aprovação confere validade e eficácia ao documento, vinculando a Administração Pública e a contratada ao cumprimento das disposições aqui estabelecidas.

19.4 A decisão da autoridade competente será formalizada mediante assinatura e publicação oficial, assegurando transparência e publicidade dos atos administrativos.

19.5 Conclusão:

19.5.1 Esta cláusula assegura que:

- a) O Termo de Referência esteja formalmente aprovado.
- b) A abertura do processo licitatório seja autorizada pela autoridade competente.
- c) Todo o procedimento esteja em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, reforçando a legalidade, transparência e eficiência administrativa.

Paulo Sergio Pinheiro Dias

Secretário Municipal de Saúde
Dec. nº 008/2026 – GAB/PMVJ

Vitória do Jari/AP, _____ de _____ de 2026